



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 7ª VARA DO
TRABALHO DE JOÃO PESSOA**

Equipe de Correição: Alexandre Roque Pinto (Juiz Auxiliar da Vice-Presidência e Corregedoria), Anna Beatriz Queiroga Lopes Meira de Araújo, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Rodrigo Cavalcante Barreto, Silvana Marsicano Franca e Vladimir Azevedo de Mello.

Jurisdição	Alhandra, Bayeux, Caaporã, Cabedelo, Conde, João Pessoa, Pitimbu
Normativo de criação	Lei nº 10.770, de 21/11/2003
Data de instalação	3/9/2004
Data da última correição	19 de maio de 2022
Período de correicionado	1º/5/2022 a 31/5/2023

Aos 4 de julho de 2023, sob a supervisão da Excelentíssima Senhora Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora **MARGARIDA ALVES DE ARAÚJO SILVA**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da 7ª Vara do Trabalho de João Pessoa, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 21/2023, publicado no DJET - Adm e Jud, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

A Desembargadora Corregedora, acompanhada do Juiz Auxiliar da Corregedoria, Alexandre Roque Pinto, e do Secretário da Corregedoria, Rodrigo Cavalcante Barreto, foram recebidos presencialmente, na sede da Vara, pelo Juiz titular, José Airton Pereira, pelo Juiz substituto fixo, Flávio Londres da Nóbrega, pelo Diretor de Secretaria, Adelmo Antonio de Albuquerque Sousa, e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de 1º/5/2022 a 31/5/2023 (13 meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1 Magistrado Titular

Juiz Titular	Titularidade na Unidade
Jose Airton Pereira	28/1/2021 - Ato TRT SGP nº 045/2021

1.2 Magistrado substituto fixo

Juiz Substituto Fixo	Fixação na Unidade
Flavio Londres da Nóbrega	20/12/2017– Ato TRT SCR nº 140/2017

1.3 Servidores lotados na Unidade

A 7ª Vara do Trabalho de João Pessoa conta, atualmente, com **14** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Adelmo Antonio de A. Sousa	Técnico Judiciário – Diretor de Secretaria	4/2/2021
Auzeni Ferreira Pereira	Técnico Judiciário – Assistente III	3/9/2004
Deborah Madruga do Amaral Leitão	Técnico Judiciário	22/7/2020
Elisabeth Silva Rodrigues	Técnico Judiciário	1º/6/2019
Giovanna Coelho de Castro Luz	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Titular	4/2/2021
Hiram de Freitas Brasil	Técnico Judiciário – Assistente III	3/9/2004
Hueber Mendes de Sá Formiga	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	17/2/2021
Ilanna Araujo Motta	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Substituto	27/9/2016
Ionete Carneiro de Andrade	Técnico Judiciário – Calculista	27/9/2012
Jarismar Vicente de Sousa	Técnico Judiciário – Secretário de Audiência	3/9/2004
Jose Soares Ribeiro	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	6/12/2016



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Juciane Farias Barbosa	Técnico Judiciário – Secretário de Audiência	24/8/2005
Maristela Barbosa Viana	Técnico Judiciário – Assistente III	19/6/2000
Patricia Zuila T. Rodrigues Pires	Técnico Judiciário – Calculista	4/10/2011

A Unidade adota, quanto à forma de trabalho, tanto a divisão de tarefas por faixa processual, como por tarefa específica, no sistema PJe, segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria. Informou, ainda, que até o presente momento, os servidores da unidade não utilizam a ferramenta eletrônica Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em Primeira Instância - WIKI-VT.

2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão)

De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 7ª Vara do Trabalho de João Pessoa contabilizava, em 31/5/2023, um acervo processual de 2.390 processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	684
Fase de Liquidação	131
Fase de execução	1.562
Cartas precatórias e de ordem	13
TOTAL	2.390

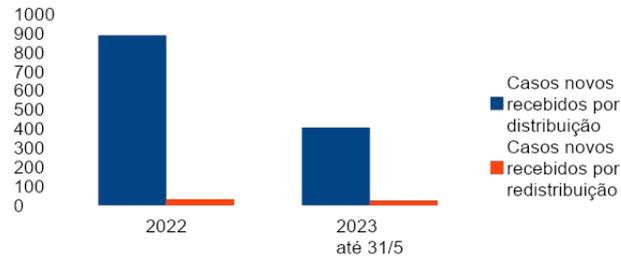
2.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

2.1.1 Casos novos

Item	2022	2023 até 31/5
Casos novos recebidos por distribuição	887	405
Casos novos recebidos por redistribuição	32	25
TOTAL	919	430

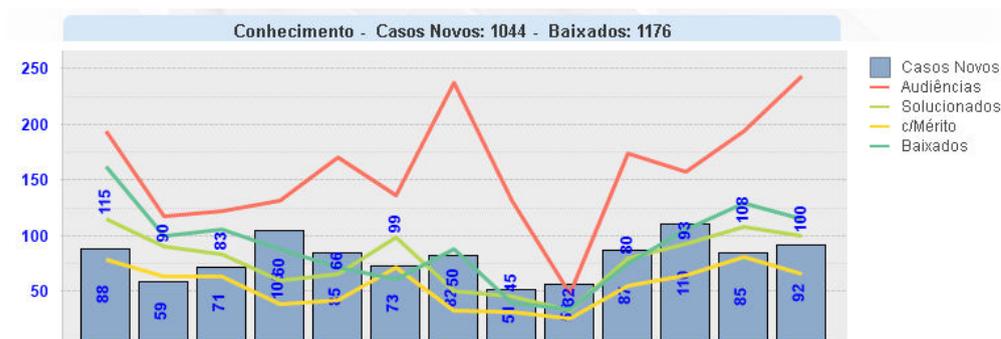


PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



No período correicionado, há registro de um processo com sentença anulada (0000779-66.2021.5.13.0022) e dois processos com sentenças reformadas, (0001676-36.2017.5.13.0022 e 0000449-03.2018.5.13.0022), ambos pela instância superior; e um processo anulado pelo próprio juízo (0000201-69.2022.5.13.0022).

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de conhecimento, no período correicionado (maio/2022 a maio/2023).



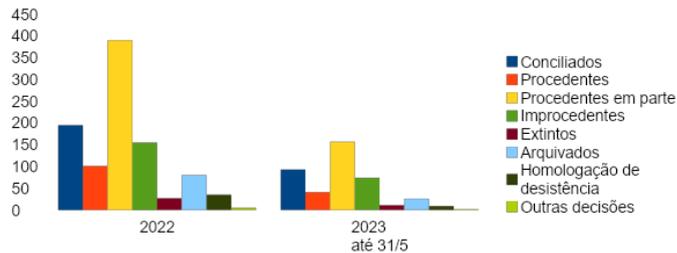
2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Item	2022	2023 até 31/5
Conciliados	195	93
Procedentes	101	41
Procedentes em parte	390	157
Improcedentes	155	74
Extintos	27	11



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

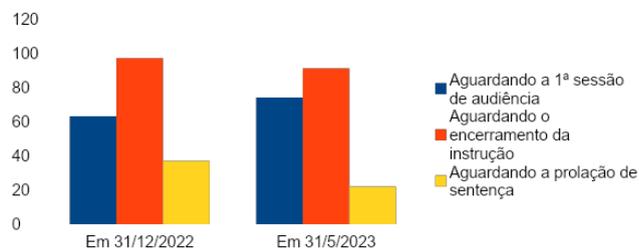
Arquivados	80	26
Homologação de desistência	35	9
Outras decisões	5	2
TOTAL	988	413



2.3 Pendentes de solução (Fonte: Hórus)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	Em 31/12/2022	Em 31/5/2023
Aguardando a 1ª sessão de audiência	63	74
Aguardando o encerramento da instrução	97	91
Aguardando a prolação de sentença	37	22
TOTAL	197	187



2.4 Pendentes de finalização (Fontes: Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2022	2023 até 31/5	Variação (%)
Fase de conhecimento	734	684	-6,81%
Fase de liquidação	36	131	263,89%
Fase de execução	1644	1562	-4,99%

*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

3. PANORAMA DE AUDIÊNCIAS

3.1 Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo.

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	105	98	105	56	86
Conciliação em conhecimento	7	12	12	26	3
Conciliação em Execução	7	17	11	37	29
Una	147	175	181	176	30
Instrução	69	70	64	75	10

Segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Unidade correicionada realiza audiências de segunda a sexta-feira.

3.2. Audiências realizadas na jurisdição de João Pessoa (Fonte: Hórus)

MÊS	1ª VTJP	2ª VTJP	3ª VTJP	4ª VTJP	5ª VTJP	6ª VTJP	7ª VTJP	8ª VTJP	9ª VTJP	10ª VTJP	11ª VTJP	12ª VTJP	13ª VTJP	MÉDIA, excluída a unidade correicionada
5/22	234	180	151	247	163	159	194	181	255	197	182	162	175	190,5
6/22	167	102	94	216	116	196	118	175	155	156	187	109	128	150,08



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

7/22	112	132	66	131	122	137	122	121	148	162	124	145	126	127,16
8/22	127	144	124	144	134	109	132	215	155	157	152	230	109	150
9/22	211	123	130	161	143	195	170	183	176	175	158	161	164	165
10/22	128	112	90	125	116	91	136	126	171	130	104	86	113	116
11/22	116	118	123	139	145	175	238	161	140	143	106	188	159	142,75
12/22	74	84	54	60	67	93	131	64	82	70	71	69	67	71,25
1/23	59	26	40	50	45	25	48	39	39	55	28	30	48	40,33
2/23	97	118	113	92	86	84	174	84	121	94	121	92	110	101
3/23	267	195	145	172	167	187	157	165	192	223	177	145	102	178,08
4/23	147	113	104	157	90	140	194	104	141	187	129	126	175	134,41
5/23	230	240	235	212	200	211	244	203	234	208	208	144	192	209,75
TOTAL	1969	1687	1469	1906	1594	1802	2058	1821	2009	1957	1747	1687	1668	1776,31

4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

4.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Fase de conhecimento	2022	2023 até 31/5
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	31	32
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	54	39
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	90	70
Da conclusão à prolação da sentença	20	14
Do ajuizamento até a prolação da sentença	111	78

5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)

Item		2022	2023 até 31/5
Embargos de declaração	Recebidos	345	140
	Baixados	348	139
	Pendentes	27	23
Tutela Provisórias	Recebidos	112	64
	Apreciadas	83	38



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	Pendentes	22	7
Liquidação/Execução	Recebidos	76	57
	Baixados	26	9
	Pendentes	48	63

6. RECURSOS INTERPOSTOS (Fonte: Hórus)

1º/5/2022 a 31/5/2023			
Item	Interpostos	Remetidos	Pendentes
Recurso ordinário	631	609	48
Recurso adesivo	29	25	2
Agravo de petição	192	165	16
Total	852	799	66

7. DURAÇÃO DO PROCESSO NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o ano-base **2022**: **70** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **190** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **116** dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia **31/5** é de **66** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **115** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **81** dias. Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **111** dias, para o ano base de **2022** e de **78** dias, relativo a este ano de **2023**, até **31 de maio**.

Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício de **2022**, foi de **1.033** dias, e de **1.422** dias, referente ao exercício atual até o dia **31 de maio**.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

8. NÚMERO DE PROCESSOS NA FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: e-Gestão e Hórus)

Item	2022	2023 até 31/5
Execuções pendentes	1.561	1.573
Execuções iniciadas	545	261
Desarquivados	749	501
Recebidos de outros Órgãos	1	2
Execução de título extrajudicial	2	-
Execuções encerradas	559	419
Remetidos a outros Órgãos	3	2
Processos arquivados provisoriamente	684	147
Total de processos pendentes de execução	1.573	1.429

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de execução, no período correccionado (maio/2022 a maio/2023).



9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: Hórus)

VALORES PAGOS (R\$)			
Item	Sistema	2022	2023 até 31/5
Acordo	PJe	R\$ 7.169.912,79	R\$ 1.844.120,34
Espontâneo	PJe	R\$ 118.233,28	R\$ 10.954,44
Execução	PJe	R\$ 9.240.659,31	R\$ 2.947.616,65
TOTAL		R\$ 16.528.805,38	R\$ 4.802.691,43



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

VALORES ARRECADADOS (R\$)			
Item	Sistema	2022	2023 até 31/5
Custas/Emolumentos	PJe	R\$ 467.818,12	R\$ 186.864,61
Contribuição previdenciária	PJe	R\$ 2.650.628,73	R\$ 568.720,14
Imposto de renda	PJe	R\$ 398.653,26	R\$ 4.172,19
TOTAL		R\$ 3.517.100,11	R\$ 759.756,94

10. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

10.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou a Desembargadora Corregedora que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

PERÍODO CORREICIONADO 1º/5/2022 a 31/5/2023		
Item	Sistema	Quantidade
BACENJUD	PJe	532
INFOJUD	PJe	72
INFOSEG	Pje	349
SIMBA	PJe	1
RENAJUD	PJe	347
BNDT	Pendentes (PJe)	229
	Incluídos (PJe)	259

11. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

Meta 1/2022 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	106,93%
Unidade Correicionada	109,64%

Meta 1/2023 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
Unidades de primeiro grau do TRT	85,14%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Unidade Correicionada	101,49%
-----------------------	----------------

Para efeito de controle da **Meta 1/2023**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **405** casos novos (por distribuição) e **410** (primeiro julgamento), atingindo o percentual de 101,49%.

Meta 2/2022 – Identificar e julgar, até 31/12/2022, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2020 nos 1º e 2º graus	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	107,01% da Meta 2
	99,52% dos processos distribuídos até 31/12/2020
Unidade Correicionada	107,84% da Meta
	100,29% dos processos distribuídos até até 31/12/2020

Meta 2/2023 – Identificar e julgar, até 31/12/2023, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2021 nos 1º e 2º graus	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	106,87% da Meta 2
	99,39% dos processos distribuídos até 31/12/2021
Unidade Correicionada	106,82% da Meta 2
	99,34% dos processos distribuídos até 31/12/2021

Meta 3/2022 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2019/2020, em 1 ponto percentual	
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 40%	
Unidades de primeiro grau do TRT	87,47% da Meta 3
	34,99% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	74,60% da Meta 3
	29,84% de índice de conciliação

Meta 3/2023 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2020/2021, em 1 ponto percentual	
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 40%	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Unidades de primeiro grau do TRT	88,93% da Meta 3
	35,57% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	83,12% da Meta 3
	33,25% de índice de conciliação

Meta 5/2022 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 2 pontos percentuais, exceto execuções fiscais, em relação a 2021.

Unidades de primeiro grau do TRT	139,89%
Unidade Correicionada	124,14%

Meta 5/2023 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 1 ponto percentual, exceto execuções fiscais, em relação a 2021.

Unidades de primeiro grau do TRT	66,47%
Unidade Correicionada	64,43%

Indicadores								
Período	BaixCon	BaiExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL	
2023-01	34	29	368	564	91,54	95,11	93,67	
2023-02	75	52	374	573	77,43	87,61	83,29	
2023-03	106	66	373	537	63,44	78,51	71,54	
2023-04	129	61	325	566	48,58	73,13	61,75	
2023-05	115	175	294	647	39,04	62,82	52,78	

12. AFERIÇÃO DE DESEMPENHO EM ÂMBITO NACIONAL - IPC-Jus e Igest

O índice de produtividade comparada da Justiça (IPC-Jus), apresentado anualmente no relatório “Justiça em Números” do CNJ, busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais em um escore único, ao comparar a eficiência otimizada com a aferida em cada unidade judiciária, a partir da técnica de Análise Envoltória de Dados (Data Envelopment Analysis - DEA). Tal método permite comparações entre tribunais do mesmo ramo de justiça, independentemente de seu porte, considerando o que foi produzido a partir dos recursos ou insumos disponíveis para cada tribunal.

Embora os dados individualizados por vara do trabalho não sejam fornecidos pelo CNJ, considerando-se as variáveis analisadas pelo órgão, que são o Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), o Índice de Produtividade dos Servidores (IPS), a Despesa Total do Tribunal e a Taxa de Congestionamento Líquida (TCL), o que se observa é que o fator principal a ser buscado pelas



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

unidades judiciárias de primeiro grau é o aumento do quantitativo de processos baixados, obtido com o incremento da produtividade de magistrados e servidores. Observa-se, dos dados a seguir apresentados, um aumento no quantitativo de processos baixados da unidade correicionada, no que se refere à fase de conhecimento e uma redução, na fase de execução entre os anos de 2021 e 2022, e, nos primeiros meses de 2023, proporcionalmente.

Processos baixados	2021	2022	2023 até 31/5
Fase de conhecimento	949	1096	459
Fase de execução	992	655	386

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/conhecimento)

5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.054
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.036
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.022
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.005
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	949
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	909
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	871
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	859
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	838
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	822
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	790
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	786
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	743

Comparativo por jurisdição - 2022 (baixados/conhecimento)

2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.170
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.150
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.121
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.096
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.063
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.058
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.028
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.014
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.005
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	980
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	969
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	892
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	871

Comparativo por jurisdição - 2023 (baixados/conhecimento até 31/5)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	533
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	520
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	509
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	508
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	478
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	474
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	461
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	459
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	459
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	451
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	430
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	404
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	388

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/execução)

6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.240
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	992
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	913
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	779
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	762
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	641
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	638
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	492
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	446
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	420
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	380
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	299
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	290

Comparativo por jurisdição - 2022 (baixados/execução)

6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	832
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	734
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	712
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	698
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	655
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	634
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	622
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	589
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	586
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	585
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	481
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	363
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	319

Comparativo por jurisdição - 2023 (baixados/execução até 31/5)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	386
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	356
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	345
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	337
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	315
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	295
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	285
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	282
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	240
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	183
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	178
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	163
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	152

Em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - Igest, a 7ª Vara do Trabalho de João Pessoa encontra-se na **535ª colocação**, entre as 1.570 varas do país (**2º quartil**).

Já no quadro comparativo entre as 3 mais bem colocadas Varas do Trabalho com quantitativo de casos novos entre 1.001 e 1.500 (511 varas no total), a unidade correicionada encontra-se com as seguintes colocações conforme os mesoindicadores (período de referência 1º/04/2022 a 31/03/2023):

TRT/Vara	IGEST	Acervo peso 0,2	Celeridade peso 0,2	Produtividade peso 0,2	Tx congest peso 0,2	Força de trabalho peso 0,2
8ª Região - PA e AP - 4ª VT de Parauapebas	1º	10º	29º	211º	3º	1º
3ª Região - MG 2ª Vara de Alfenas	2º	3º	13º	124º	2º	64º
14ª Região - RO e AC - 1ª Vara Ji Paraná	3º	15º	63º	91º	37º	4º
13ª Região - PB 7ª VT de João Pessoa	230º	172º	88º	469º	191º	300º

São apresentadas, ainda, as seguintes variáveis para as Varas do Trabalho acima indicadas (período de referência de 1º/4/2022 a 31/3/2023 - atualizado em 26/5/2023):



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

TRT/Vara	IGEST	Prazo na fase de conhecimento	Prazo na fase de liquidação	Prazo na fase de execução
8ª Região - PA e AP - 4ª VT de Parauapebas	1º	139,67	13,5	257,56
3ª Região - MG 2ª Vara de Alfenas	2º	65,94	75,14	433,88
14ª Região - RO e AC - 1ª Vara Ji Paraná	3º	53,75	61,2	1081,5
13ª Região - PB 7ª VT de João Pessoa	230º	89,37	66,16	1023,75

TRT/Vara	IGEST	Baixados na fase de conhecimento	Baixados na fase de execução	Servidores ativos
8ª Região - PA e AP - 4ª VT de Parauapebas	1º	1329	538	7
3ª Região - MG 2ª Vara de Alfenas	2º	817	415	9
14ª Região - RO e AC - 1ª Vara Ji Paraná	3º	1371	346	9
13ª Região - PB 7ª VT de João Pessoa	230º	1010	620	14

Observando os mesoindicadores do e-Gestão, pode-se fazer o comparativo entre os períodos de referência de um ano cada, finalizados nos meses de junho/2022, setembro/2022, dezembro/2022 (após reprocessamento das cargas do e-Gestão), e março/2023, estando a 7ª Vara do Trabalho de João Pessoa nas seguintes colocações entre todas as 1.570 varas do país (consulta realizada em 20 de junho de 2023):



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

MÊS	IGEST	Acervo	Celeridade	Produtividade	Taxa de congestionamento	Força de trabalho
junho 22	242°	665°	403°	139°	196°	323°
setembro 22	301°	289°	303°	790°	312°	546°
dezembro 22	399°	284°	260°	1302°	320°	605°
março 23	535°	299°	212°	1488°	426°	787°

A título ilustrativo, também em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - IGest, as Varas do Trabalho de João Pessoa encontram-se com as seguintes colocações, entre as 1.570 varas do país - (1º/4/2022 a 31/03/2023 - atualizado em 26/5/2023):

Vara	Colocação no IGEST
11ª VT JPA	30°
13ª VT JPA	92°
10ª VT JPA	254°
8ª VT JPA	311°
1ª VT JPA	365°
9ª VT JPA	387°
4ª VT JPA	421°
3ª VT JPA	432°
5ª VT JPA	449°
12ª VT JPA	521°
7ª VT JPA	535°
2ª VT JPA	638°



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

6ª VT JPA

677º

JUIZES

13. AFASTAMENTO DE JURISDIÇÃO

Juiz Titular

José Airton Pereira			
Motivação	Fonte	Período	Dias
Férias	SAOAdm	1º/8/2022 a 30/8/2022	30
Férias	SAOAdm	11/11/2022 a 30/11/2022	20
Férias	SAOAdm	16/1/2023 a 4/2/2023	20

Juiz Substituto

Flávio Londres da Nóbrega			
Motivação	Fonte	Período	Dias
Férias	SAOAdm	22/9/2022 a 11/10/2022	20
Férias	SAOAdm	13/3/2023 a 1º/4/2023	20

13.1 Assiduidade dos magistrados

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face dos Magistrado titular, do Magistrado substituto fixo e dos demais Juízes que atuaram na Vara durante o período correccionado.

13.2 Audiências realizadas (1º/5/2022 a 31/5/2023)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	Una	Encerramento da Instrução	Instrução	Inicial	Conciliação Conhecimento	Conciliação Execução	Total
Mariana Petit Horácio de Brito	-	-	-	-	-	3	3
Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque	-	-	-	-	1	11	12
Aercio Pereira de Lima Filho	-	-	-	-	5	-	5
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	-	-	-	-	1	-	1
Jose Airton Pereira	331	68	163	210	52	176	1000
Alisson Almeida de Lucena.	-	-	-	-	3	30	33
Fernando Luiz Duarte Barboza	-	-	-	-	1	6	7
Flavio Londres da Nobrega	404	78	130	244	39	101	996
Luiz Antonio Magalhaes	-	-	-	-	-	1	1

13.3 Incidentes julgados (1º/5/2022 a 31/5/2023)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Liquidação/ Execução	Total
Jose Airton Pereira	235	47	20	302
Fernando Luiz Duarte Barboza	1	-	1	2
Flavio Londres da Nobrega	149	33	9	191

14. PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS – solucionados (Fonte: Hórus)

14.1. Processos solucionados (Fonte: Hórus)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Magistrados	Com Exame do mérito					Sem Exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência /Outras Decisões	
Fernando Luiz Duarte Barboza	-	2	1	-	-	-	-	-	3
Flavio Londres da Nobrega	106	40	151	91	6	42	10	18	464
Jose Airton Pereira	102	60	248	81	2	38	4	18	553
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	-	-	1	-	-	-	-	-	1

No período correccionado, o Juiz titular e o substituto fixo laboraram 326 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,7 processo/dia e 1,42 processo/dia, respectivamente. Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, não é razoável aqui se registrar a média de produção em razão da intermitência de atuação.

14.2. Processos solucionados por classe processual (Fonte: Hórus)

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	579
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	321
Homologação da Transação Extrajudicial	56
Embargos de Terceiro Cível	21
Consignação em Pagamento	16
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	12
Produção Antecipada da Prova	3
Alvará Judicial - Lei 6858/80	3
Ação Civil Pública Cível	3
Ação de Cumprimento	2
Ação Civil Coletiva	2



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Tutela Cautelar Antecedente	1
Mandado de Segurança Cível	1
Tutela Antecipada Antecedente	1

15. SENTENÇAS LÍQUIDAS (Fonte: Hórus)

Magistrados	Sentenças líquidas	%
Jose Airton Pereira	215	69,81%
Flavio Londres da Nobrega	139	72,77%
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	1	100%

16. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL

Magistrado	Total
Fernando Luiz Duarte Barboza	3
Flavio Londres da Nobrega	463
Jose Airton Pereira	550
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	1

16.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 14 dias

Magistrados	Dias
Jose Airton Pereira	13
Flavio Londres da Nobrega	14
Fernando Luiz Duarte Barboza	2
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	62

17. OBSERVATÓRIO

No período compreendido entre a data designada para a correição do ano de 2022 e a presente correição, foi realizado o único ciclo do Observatório de 2022, no mês de outubro, tendo o Juiz Titular da unidade correicionada enviado



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

resposta em 09/11/2022, destacando a melhora na duração do tempo médio do processos nas fases de conhecimento e execução.

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio da intranet do TRT13, seguindo caminho descrito: -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição -> Observatório Dashboard.

18. PROJETO GARIMPO

De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT SCR 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foi registrado o seguinte, entre maio de 2022 e maio de 2023 - 15 meses:

Movimentação	Valor total
Pagamento em favor do reclamado	R\$ 5.132,43
Valor transferido para outro processo trabalhista de outra vara do trabalho	R\$ 213,13
Total	R\$ 5.345,56

Reforça-se a observância da Recomendação TRT13 SCR 004/2019, a fim de que, ao arquivamento dos autos, proceda à conferência de inexistência de contas com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, evitando-se o ocorrido, por exemplo, nos processos 0000379-28.2016.5.13.0022, 0162900-85.2014.5.13.0022, 0000855-92.2017.5.13.0002, 0000981-82.2017.5.13.0022, e 0001406-12.2017.5.13.0022.

A Corregedora destaca a necessidade de que sejam adotadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente com saldo em contas judiciais, bem como registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

para apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR 17/2020.

19. CAPACITAÇÃO

O Ato TRT13 SCR Nº 28/2022 destaca, como item a ser incluso na ata de correição, a participação em cursos por magistrados e servidores. Segundo informações prestadas pela Ejud (PROAD Nº 1882/2023), o Juiz titular, José Airton Pereira e o Juiz substituto fixo, Flávio Londres da Nóbrega não participaram, no exercício anterior, de cursos voltados à conciliação, mediação e à efetividade da execução, como também não se fizeram presentes em curso de formação continuada, pelo período mínimo de 30 horas-aula por semestre (art. 3º da Resolução ENAMAT nº 09/2011), abaixo relacionados.

Os servidores, Deborah Madruga do Amaral Leitão, Hueber Mendes de Sá Formiga, Ianna Araujo Motta, Juciane Farias Barbosa, Maristela Barbosa Viana e Patricia Zuila T. Rodrigues Pires, lotados na Unidade correicionada, não participaram de capacitações, consoante informado pela Ejud (PROAD Nº 1882/2023) e Segepe (PROAD 2478/2023), em 2022. Os demais servidores, abaixo relacionados, estiveram presentes em capacitações durante o exercício anterior.

Servidores	Descrição
ADELMO ANTONIO DE ALBUQUERQUE SOUSA	TRT - MÓDULO II DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: MEIOS DE DEFESA E EXPROPRIAÇÃO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / EM FORMATO HÍBRIDO, PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL. TRT - MÓDULO I DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: TEORIA GERAL DA EXECUCAO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / O CURSO OCORREU DE FORMA HÍBRIDA .TRT - NOVAS FUNCIONALIDADES DA VERSÃO 2.7 DO PJE / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - SEMINÁRIO SOBRE NORMAS INTERNACIONAIS TRABALHISTAS NA PERSPECTIVA DA RECOMENDAÇÃO 123/2022 DO CNJ /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / EM FORMATO HÍBRIDO TRT - WORKSHOP GESTÃO DE VARA DO TRABALHO: PJE



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	E E-GESTÃO NA PRÁTICA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE HÍBRIDA
AUZENI FERREIRA PEREIRA	FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE PRECATÓRIOS NA JUSTIÇA DO TRABALHO / ENAMAT CURSO PARA ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DOS DEPÓSITOS JUDICIAIS - SISTEMA GARIMPO - VERSÃO 2.2.7 - PARTE NEGOCIAL / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 21ª REGIÃO INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA SET/2022) / ENAP
ELISABETH SILVA RODRIGUES	PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA AGO/2022) / ENAP
GIOVANNA COELHO DE CASTRO LUZ	PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA SET/2022) / ENAP INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA SET/2022) / ENAP
HIRAM DE FREITAS	PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA SET/2022) / ENAP TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
IONETE CARNEIRO DE ANDRADE	TRT - SISTEMA AUD 4 RELATIVA A INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA ZOOM / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
JARISMAR VICENTE DE SOUSA	TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
JOSE SOARES RIBEIRO	TRT - MÓDULO V DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO PRÁTICAS DE EXECUÇÃO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO/PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - ASPECTOS DESTACADOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL E DO REGIME PREVIDENCIÁRIO APLICÁVEL AOS AGENTES PÚBLICOS FEDERAIS / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - LEITURA DINÂMICA E MEMORIZAÇÃO (MODALIDADE HÍBRIDA, PARTE PRESENCIAL E PARTE A DISTÂNCIA) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - MÓDULO I DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / O CURSO OCORREU



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>DE FORMA HÍBRIDA</p> <p>.TRT - MÓDULO II DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: MEIOS DE DEFESA E EXPROPRIAÇÃO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / EM FORMATO HÍBRIDO, PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL</p> <p>TRT - MÓDULO III DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: JURISPRUDÊNCIA DO TST ACERCA DA TEMÁTICA EXECUCAO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - EM FORMATO HÍBRIDO</p> <p>TRT - MÓDULO IV DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DE FERRAMENTAS ELETRÔNICAS PARA EXECUÇÃO PARA SERVIDORES / EJUD 13ª REGIÃO /HÍBRIDO</p>
MARISTELA BARBOSA VIANA	<p>TRT - MÓDULO II DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: MEIOS DE DEFESA E EXPROPRIAÇÃO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / EM FORMATO HÍBRIDO, PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL.</p> <p>TRT - MÓDULO IV DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DE FERRAMENTAS ELETRÔNICAS PARA EXECUÇÃO PARA SERVIDORES / EJUD 13ª REGIÃO / HÍBRIDO</p>

20. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

Processos analisados

Foram analisados 30 processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT13 SCR nº 028/2022, havendo a prolação de 14 despachos correicionais no PJe.

Concede a Desembargadora Corregedora o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

Segundo informações prestadas pelo supervisor da Ouvidoria, conforme artigo 2º, II, a, do Ato TRT SCR nº 067/2020, não houve registro de manifestação, nos últimos seis meses, na unidade correicionada.

20. RECOMENDAÇÕES

Aos magistrados

1. Recomendações gerais



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

- a) adotar o procedimento de instauração do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A;
- b) observar as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013 no sentido de encaminhar cópias das sentenças que reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico sentenças.dsst@mte.gov.br do Ministério do Trabalho e Emprego, com cópia para o endereço eletrônico insalubridade@tst.jus.br, a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização;
- c) diligenciar nos processos em execução encaminhados ao arquivo provisório ou sobrestados em decorrência do deferimento da recuperação judicial, de modo que, com o seu encerramento ou com o encerramento da quebra em que ela tenha sido convolada (art. 156 e seguintes da Lei 11.101/2005), seja retomado o prosseguimento, para cobrança dos créditos que não tenham sido totalmente satisfeitos (art. 114 da Consolidação dos Provimentos da CGJT);
- d) visitar os processos que se encontram em arquivo provisório ou sobrestados com execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas por meio da utilização dos sistemas Sisbajud, Renajud, Infojud, Infoseg, CCS, Serasajud, CNIB, CENSEC, entre outros, conforme disciplinamento do art. 108, III, da Consolidação dos Provimentos da CGJT.

2. Recomendações específicas

- a) incluir em pauta processos na fase de execução em que se verifique potencial conciliatório (art. 108, II, da Consolidação dos Provimentos da CGJT e Recomendação TRT13 SCR nº 003/2021);
- b) incrementar o uso dos sistemas eletrônicos (Sisbajud, Renajud, Infojud, Infoseg, CCS, Serasajud, CNIB, CENSEC, entre outros), de forma a buscar reduzir o tempo de duração do processo na fase de execução;
- c) observar os termos da Consolidação dos Provimentos da CGJT e Recomendação TRT13 SCR Nº 007/2022 no que se refere aos procedimentos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

a serem seguidos na fase de execução - determinações de reunião, suspensão/sobrestamento, e arquivamento definitivo dos autos;

d) participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução;

e) observar o estabelecido no Ato CGJT nº 01, de 21 de janeiro de 2022 quanto à prática de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso, evitando o ocorrido no processo 0000659-57.2020.5.13.0022.

Ao Diretor de Secretaria

a) monitorar os relatórios fornecidos pelo *Hórus* e e-Gestão, a fim de verificar possíveis inconsistências na alimentação de dados pela Unidade, e corrigi-las;

b) observar as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;

c) orientar a equipe a utilizar o Gigs para controle de prazos e cadastro de tarefas, procedendo ao registro de cumprimento, para melhor identificação das atividades realizadas, evitando o ocorrido, por exemplo, nos processos 0000166-17.2019.5.13.0022, 0000546-35.2022.5.13.0022, 0160700-08.2014.5.13.0022, e 0000918-52.2019.5.13.0001;

d) orientar a equipe para executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados, a exemplo do processo 0000534-94.2017.5.13.0022;

e) orientar a equipe a observar os termos da Recomendação TRT13 SCR nº 004/2023, para fins de controle do cumprimento de acordo, incluindo o CHIP "Acordo homologado" nos processos enquadrados na norma, evitando-se o ocorrido nos processos 0000702-28.2019.5.13.0022, e 0000011-43.2021.5.13.0022;

f) orientar a equipe a observar as recomendações editadas pela Corregedoria Regional, em especial a Recomendação TRT13 SCR Nº 004/2019 (Projeto Garimpo), de forma que, como condição de arquivamento de processo judicial,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

em qualquer fase, seja certificada a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, o que deve ser minuciosamente analisado pela unidade, evitando o ocorrido nos processos 0000379-28.2016.5.13.0022, 0162900-85.2014.5.13.0022, 0000855-92.2017.5.13.0002, 0000981-82.2017.5.13.0022, e 0001406-12.2017.5.13.0022;

g) orientar a equipe a utilizar no PJe, quando da confecção de expedientes de comunicação, tais como ofícios, notificações, etc, a opção “Adicionar outros destinatários” ou “Adicionar destinatário indefinido”, conforme o caso, para o envio de expedientes a terceiros;

h) orientar a equipe a utilizar a ferramenta eletrônica Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em Primeira Instância - WIKI-VT, como auxílio para a tramitação dos processos, nos termos do inciso VI do art. 32 da Consolidação dos Provimentos da CGJT.

Aos(às) servidores(as)

a) executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados;

b) observar os termos da Recomendação TRT13 SCR 007/2022, atinente ao procedimento a ser utilizado no PJe para elaboração de ofícios precatório/RPV, para acrescentar, no campo “Descrição”, o nome da parte beneficiária, a fim de facilitar a pesquisa no caderno processual, evitando o ocorrido nos processos 0000752-83.2021.5.13.0022, 0000546-35.2022.5.13.0022, 0000918-52.2019.5.13.0001, 0000245-25.2021.5.13.0022, 0000790-95.2021.5.13.0022, 0000620-26.2021.5.13.0022, e 0000053-24.2023.5.13.0022;

c) participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

- d) proceder ao lançamento, com regularidade, no sistema PJe, dos pagamentos e levantamentos de créditos trabalhistas, inclusive daqueles decorrentes do pagamento de acordos, bem como os recolhimentos fiscais, previdenciários e de custas, tanto na fase de conhecimento como na de execução, observando o registro correto dos valores, evitando-se o ocorrido, por exemplo, nos processos 0001045-58.2018.5.13.0022, 0000132-71.2021.5.13.0022, e 0000702-28.2019.5.13.0022;
- e) utilizar o Gigs para controle de prazos e cadastro de tarefas, procedendo ao registro de cumprimento, para melhor identificação das atividades realizadas;
- f) observar as recomendações editadas pela Corregedoria Regional, em especial a Recomendação TRT13 SCR Nº 004/2019 (Projeto Garimpo), de forma que, como condição de arquivamento de processo judicial, em qualquer fase, seja certificada a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, o que deve ser minuciosamente analisado pela unidade, evitando o ocorrido nos processos 0000379-28.2016.5.13.0022, 0162900-85.2014.5.13.0022, 0000855-92.2017.5.13.0002, 0000981-82.2017.5.13.0022, e 0001406-12.2017.5.13.0022;
- g) utilizar no PJe, quando da confecção de expedientes de comunicação, tais como ofícios, notificações, etc, a opção “Adicionar outros destinatários” ou “Adicionar destinatário indefinido”, conforme o caso, para o envio de expedientes a terceiros, evitando o ocorrido nos processos 0000011-43.2021.5.13.0022, 0000132-71.2021.5.13.0022, 0000800-08.2022.5.13.0022, 0000659-57.2020.5.13.0022, 0000132-71.2021.5.13.0022, e 0000620-26.2021.5.13.0022;
- h) utilizar a ferramenta eletrônica Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em Primeira Instância - WIKI-VT, como auxílio para a tramitação dos processos, nos termos do inciso VI do art. 32 da Consolidação dos Provimentos da CGJT.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

21. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessas considerações, a Desembargadora Corregedora constata que a 7ª Vara do Trabalho de João Pessoa tem buscado o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, a fim de atingir os índices obtidos por unidades judiciárias de idêntico porte.

Registra, com satisfação, o cumprimento das Metas 1 (109,64%), 2 (107,84%) e 5 de 2022 (124,14%), pelo que parabeniza os servidores e magistrados pelo trabalho desempenhado.

Destaca-se a ainda a redução do tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, que passou de 111 dias em 2022 para 78 dias neste exercício de 2023 (janeiro a maio), sendo reflexo também da quantidade de audiências realizadas pela unidade correicionada, que foi a maior de sua jurisdição, no período analisado.

Todavia, o tempo médio de duração do processo na fase de execução da unidade correicionada aumentou de 1.033 no ano de 2022 para 1.422 neste exercício de 2023 (janeiro a maio).

Assim, recomenda-se que a unidade correicionada observe os termos da Recomendação TRT13 SCR Nº 003/2021, procedendo-se à inclusão periódica de processos na fase de execução em pauta para realização de audiências de conciliação. Além disso, deve ser incrementada a utilização das ferramentas eletrônicas disponíveis ao Juízo, com o fito de reduzir o tempo médio de duração do processo na fase de execução.

No que se refere ao Igest, a evolução da unidade correicionada é motivo de preocupação. Em março de 2022, a vara ocupava a posição 206ª (1º quartil) na classificação nacional elaborada pelo TST, passando para a 535ª em março de 2023 (2º quartil), de modo que é preciso que magistrados e servidores velem pelo acompanhamento constante dos indicadores do Igest, com objetivo de proporcionar aos jurisdicionados a célere entrega da prestação jurisdicional.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Recomenda-se, por fim, que os Juízes (titular e substituto fixo) e servidores participem de cursos específicos voltados à efetividade da atividade jurisdicional, especialmente aqueles relacionados à mediação, conciliação e execução.

Nada mais havendo a tratar, dar-se por encerrados os trabalhos nesta data, e eu, Rodrigo Cavalcante Barreto, Secretário da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pela Desembargadora Corregedora, que deixa assinado o prazo de 08 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, oferecer suas considerações.

A presente Ata será publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

MARGARIDA ALVES DE ARAÚJO SILVA
Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

ANEXO

VISTOS

0000245-25.2021.5.13.0022	0000217-77.2022.5.13.0004	0000249-62.2021.5.13.0022
0000402-27.2023.5.13.0022	0000782-84.2022.5.13.0022	0000180-98.2019.5.13.0022
0000790-95.2021.5.13.0022	0000620-26.2021.5.13.0022	0000053-24.2023.5.13.0022
0001380-48.2016.5.13.0022	0000057-95.2022.5.13.0022	0000134-07.2022.5.13.0022
0001710-45.2016.5.13.0022	0183000-95.2013.5.13.0022	0000077-52.2023.5.13.0022
0000752-83.2021.5.13.0022		

DESPACHOS CORREICIONAIS

0000534-94.2017.5.13.0022	0000842-91.2021.5.13.0022	0000800-08.2022.5.13.0022
0000702-28.2019.5.13.0022	0000546-35.2022.5.13.0022	0000918-52.2019.5.13.0001
0000849-83.2021.5.13.0022	0000659-57.2020.5.13.0022	0001045-58.2018.5.13.0022
0160700-08.2014.5.13.0022	0000166-17.2019.5.13.0022	0000132-71.2021.5.13.0022
0000011-43.2021.5.13.0022	0000348-61.2023.5.13.0022	